



**CONSULTA INTERNA Nº 091/2011–22/09/2011**

**Assunto:** ITCD - Desconto - Aplicação - Condições

Origem: DGP/SUFIS

Consulente: Marcos Amaral

**Exposição/Pergunta:**

O art. 23 do RITCD/05 previu que na hipótese de transmissão *causa mortis* será concedido desconto de 15% ao contribuinte que recolher o ITCD no prazo de até 90 dias da abertura da sucessão.

Referido desconto, conforme previsão do § 1º do citado art. 23, está condicionado à entrega, no mesmo prazo de 90 dias, da Declaração de Bens e Direitos a que se refere o art. 31 do RITCD/05.

O art. 31 em referência, por sua vez, estabelece que o contribuinte deverá apresentar à Administração Fazendária a DBD acompanhada dos documentos que relaciona.

Isso porque os documentos exigidos pela legislação é que possibilitam a análise e conferência da Declaração, de modo que esta, desacompanhada daqueles, não tem qualquer utilidade no cálculo do imposto.

Diante disso, indaga-se: será aplicável o desconto se a documentação exigida pela legislação for entregue **incompleta** no prazo de 90 dias da abertura da sucessão?

**Resposta:**

Conforme já esclarecido na resposta à Consulta Interna nº 044/2011, a entrega da DBD acompanhada dos documentos relacionados no art. 31 do RITCD/05 é condição para a aplicação do desconto previsto no art. 23 do citado Regulamento.

Tal condição é **completamente** atendida somente quando o contribuinte apresenta à Administração Fazendária todos os documentos expressamente elencados no referido art. 31, quando aplicáveis ao caso concreto específico.

Isso porque a legislação elegeu tais documentos como necessários à análise da DBD, sendo que a falta de qualquer deles impossibilita o cálculo correto do imposto.

O desconto em exame está, portanto, condicionado à apresentação da documentação **completa** no prazo de 90 dias da abertura da sucessão.

É importante dizer que os documentos a serem considerados para a concessão do desconto são aqueles expressamente relacionados no art. 31 do RITCD/05. É certo que, considerado o caso concreto, o Fisco poderá exigir outros documentos, com base na regra do § 2º, inciso I, deste artigo. Mas estes, ainda que entregues após o prazo de 90 dias, não acarretam a perda do desconto.

DOT/DOLT/SUTRI/SEF

**Marcela Amaral de Almeida**  
Assessora  
Divisão de Orientação Tributária

**Manoel N. P. de Moura Júnior**  
Coordenador  
Divisão de Orientação Tributária

De acordo.

**Ricardo Luiz Oliveira de Souza**  
Diretor de Orientação e Legislação Tributária